



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de licenciatura em Educação do
Campo Habilitação em Ciências Sociais e
Humanidades



Elisama Berenice Martins Fernandes

O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GASTÃO VALLE, BOCAIÚVA-
MG (2017-2022)

Bocaiúva - Belo Horizonte-MG
2023

Elisama Berenice Martins Fernandes

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO ESCOLA
ESTADUAL PROFESSOR GASTÃO VALLE, BOCAIÚVA-MG
(2017-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, habilitação em Ciências Sociais e Humanidades, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Giavara

Bocaiúva - Belo Horizonte-MG
2023

Elisama Berenice Martins Fernandes

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO ESCOLA
ESTADUAL PROFESSOR GASTÃO VALLE, BOCAIÚVA-MG
(2017-2022)**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Ana Paula Giavara (orientador)

Professor Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima

Professor Me. Danilo Marques da Silva

Belo Horizonte, 12 de julho de 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar o processo de implementação do novo ensino médio, proposto pela lei Nº 13.415 (BRASIL, 2017), buscando compreender como os estudantes do campo foram considerados nessa reforma educacional. Foi desenvolvida na Escola Estadual Professor Gastão Valle, a qual se localiza na área urbana da cidade de Bocaiuva-MG, mas recebe estudantes do campo. Possui um caráter qualitativo, de modo que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a supervisora escolar que participou do processo de implementação da reforma educacional na escola, tendo como marco temporal os anos de 2017 a 2022. Também será desempenhada uma análise em documentos legais, relacionados à Educação do Campo e à reforma educacional em questão.

Palavras-chave:

Novo Ensino Médio, Educação do Campo, itinerários formativos, reforma curricular.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que fez com que esse meu objetivo fosse alcançado, durante todos os meus anos de estudos e esteve sempre ao meu lado.

Agradeço aos familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste curso, a todos que participaram direta e indiretamente do meu percurso, minha Tia Maria do Carmo Vieira, minha mãe Simere Aparecida Martins, meu pai Marcos Fernandes, minhas irmãs Ana Paula Fernandes; Sara Fernandes, Alaine Lopes; Fabriny Santos; Maria Clara Fernandes; Abigail Fernandes, meu irmão Joabe Fernandes, Minha tia Lea Fernandes, minha tia Lucia Fernandes e demais familiares, não coloquei o nome de todos, pois são muitos, mas meu enorme carinho a todos. Um agradecimento em especial aos meus amigos que me apoiaram e sempre me proporcionaram momentos de descontração, que foi de suma importância para que eu chegasse até aqui.

Agradeço aos professores, monitores e coordenadores pelos ensinamentos de grande valia que contribuíram no meu desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso e todas as demais pessoas que fizeram parte desse processo. Estimada professora e orientadora Ana Paula Giavara, é com muita admiração e carinho que gostaria de expressar meu agradecimento por tudo que você faz por mim e pela dedicação que depositou em mim e em meu trabalho nesse momento final, agradeço também, aos professores Pablo Luiz de Oliveira Lima e Danilo Marques da Silva que fazem parte da minha banca avaliadora.

Agradeço aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos quatro anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Agradeço a instituição de ensino Universidade Federal de Minas Gerais pela realização de um sonho que foi estudar nesta instituição, meu grande respeito e carinho, e a Licenciatura em Educação do Campo que foi essencial no meu processo de formação profissional, me permitindo me aproximar mais e entender a minha identidade campesina, meu muito obrigada pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Enorme gratidão a todas as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e tiveram impacto na minha formação acadêmica e não foram poucas. Por fim deixo um agradecimento importante a mim por conseguir concluir mais uma etapa da minha vida com sucesso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CSH - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
DOEBEC - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
EEP Gastão Valle – Escola Estadual Professor Gastão Valle
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAC – Áreas Interáreas do Conhecimento
ICI - Áreas interáreas do conhecimento indígena
LECAMPO – Licenciatura em Educação do Campo
LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGG - Linguagem e suas Tecnologias
MAT - Matemática e suas Tecnologias
MP - Medida Provisória
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Nº - Número
ONGs – Organizações não Governamentais
P.A. Betinho – Projeto de Assentamento Herbert de Souza
PL - Projeto de Lei
PPP - Projeto Político Pedagógico
SEE – Secretária Estadual de Educação
SIMADE - Sistema Mineiro de Administração Escolar

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Competências gerais da Educação Básica.	18
Figura 02: Notícia sobre Itinerários.	22
Figura 03: Mapa de localização do município de Bocaiúva	25
Figura 04: Estudo socioeconômico	26
Figura 05: Portaria da escola	27
Figura 06: Entrada da Escola	27
Figura 07: Parte frontal da Escola, com salas de aula, diretoria, sala dos professores e secretaria (lado direito).	28
Figura 08: Parte frontal da Escola com salas de aula, biblioteca e sala de vídeo(lado esquerdo).	28
Figura 09: Escadaria	28
Figura 10: Corredor das salas de aula do primeiro andar, lado direito	29
Figura 11: Corredor das salas de aula do primeiro andar, lado esquerdo	29
Figura 12: Quadra externa, a esquerda coberta e a direita sem cobertura	30
Figura 13: Cantina, com salas de aula ao fundo (lado direito)	30
Figura 14: Pátio com banheiro masculino e feminino para dos estudantes	31
Figura 15: Salas de aula	31
Figura 16: Tempo de deslocamento dos estudantes	32
Figura 17: Movimento contra a reforma	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRINCÍPIOS E VIVÊNCIAS	13
CAPÍTULO II: O NOVO ENSINO MÉDIO: APARATO LEGAL E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	17
CAPÍTULO III: O NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA PROFESSOR GASTÃO VALLE E OS SUJEITOS DO CAMPO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	41

INTRODUÇÃO

Meu nome é Elisama Berenice Martins Fernandes, tenho 21 anos e sou assentada da reforma agrária, meu pai se chama Marcos e Fernandes e minha mãe Simere Aparecida, tenho sete irmãs e um irmão, nasci na cidade de Bocaiúva-Minas Gerais. Aos quatro anos de idade me mudei para o assentamento Projeto de Assentamento Herbert de Souza (P.A. Betinho), quando ainda era ocupação, juntamente com meu pai e minha madrasta, Maria do Carmo Vieira, e minhas irmãs.

Comecei minha jornada escolar na cidade de Bocaiúva aos dois anos na creche Marisa Vicenti. No ano de 2004, eu e minha família nos mudamos para o distrito de Engenheiro Dolabela para a ocupação de terras da antiga industrial Malvina, hoje assentamento P.A. Betinho. Aos cinco anos, fui estudar na Escola Estadual Maria Elisa Valle de Menezes, única escola do distrito que oferta a escolarização da fase introdutória ao ensino médio, para os estudantes do distrito de Engenheiro Dolabela e todos os assentamentos ao redor. Nessa instituição, no ano de 2006, fiz minha fase introdutória dos anos iniciais da Educação Básica, estudava no vespertino e pegava ônibus todos os dias pra ir e voltar pra escola. Nessa fase, até a 4ª série, que na época equivaleria hoje ao 5º ano do ensino fundamental, tive uma única professora, a “Tia” Aline, como nos foi ensinado a chamá-la, uma excelente professora. Com ela, nunca tivemos imposições radicais, sempre respeitando nossa realidade como crianças do campo, nos proporcionando um ensino de acordo com o conhecimento que possuía com muita doçura.

Aos 11 anos, quando pulei de etapa, comecei o 6º ano em 2012. Nesse período, me mudei para a cidade de São Luiz, no Estado do Maranhão. Morando com meus tios, estudei dois anos em uma escola particular, Colégio Vinicius de Moraes, onde estava distante da minha família e da minha realidade como criança do campo. Lá também cursei o 7º ano do ensino fundamental II.

Com 13 anos retornei para Minas e fui morar na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, lá estudei na Escola Estadual Dom João Antônio dos Santos, também única escola de ensino fundamental II e ensino médio da cidade. Morando nesta cidade já não mais estava distante da minha realidade do campo, uma vez que morava na cidade, mas tinha constante contato com o campo através de parentes e de alunos da escola que saiam do campo para poder estudar, como acontecia comigo no distrito de Dolabela. Lá, finalizei o 8º ano do ensino fundamental II, no ano de 2014.

Já no ano de 2015, aos 14 anos, retornei para o distrito de Engenheiro Dolabela, novamente na escola Maria Elisa, cursei do 9º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio, de volta ao campo. Foi nesta época, quando comecei a ter uma maturidade e entendimento do que a educação poderia e deveria me proporcionar, comecei a problematizar a forma como ela era ofertada para mim e meus colegas, estudantes do campo.

No ano de 2018 me mudei para a comunidade rural de São Gregório, em Bocaiuva, morando com minha mãe e meu padrasto Noel Gomes. Comecei a estudar na escola estadual Professor Gastão Valle, situada no centro urbano de Bocaiuva que recebe alunos das zonas rurais mais próximas da cidade, para cursar o 3º ano do Ensino Médio. Fiz o terceiro ano focada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No final do ano, quando abriu o processo seletivo para a Licenciatura em Educação do Campo (LECampo), me inscrevi por forte influência do meu pai, por me interessar pelas discussões propostas pelo curso e por se adequar à minha realidade de jovem camponesa.

Enfim, concluí a Educação Básica e ingressei na tão sonhada universidade pública. Foi uma felicidade quando descobri que havia passado. A área da educação sempre me interessou e sabia que o curso iria me proporcionar muitos aprendizados e oportunidades.

Nesse momento, no final do curso pesquisei sobre a educação, uma vez que continuamente foi algo que me causou curiosidade. Nas escolas que frequentei sempre observei que não se respeitam as particularidades e as diferentes realidades de cada um dos estudantes. O curso do LECampo me proporcionou ver a educação com outros olhos e perceber a importância de uma educação libertadora que considera os estudantes como sujeitos participantes de todo o processo de construção da aprendizagem. Ao longo do curso, algumas disciplinas abordaram temas e análise dos currículos escolares nos propondo a entender e levantar apontamentos sobre os diversos tipos de modelo de educação em contraponto com a educação do campo. Isso me levou cada vez mais pensar e tentar entender como a educação brasileira se constitui, algumas dessas disciplinas foram a Escola, Gestão e Currículo; a disciplina Filosofia e Educação; a disciplina Educação, Conhecimento e Cultura I; a disciplina A Escola e a Diversidade Sócio-cultural; a disciplina Pedagogia da Alternância e as disciplinas de Análise da Prática Pedagógica que tivemos em todos os semestres.

A partir disso, hoje eu consigo olhar para a educação com um olhar mais crítico, de modo a perceber a necessidade de análise do novo modelo de ensino médio que está sendo implantado nas escolas brasileiras e suas consequências para os sujeitos do campo. Uma vez que sempre foi um grupo negligenciado pelas políticas públicas, por essa razão tenho a hipótese de que os

sujeitos do campo não foram contemplados em suas especificidades no Novo Ensino Médio.

Para isso, esta pesquisa tem como intuito entender como a escola Professor Gastão Valle, do município de Bocaiúva-MG, tem implementado a reforma educacional promovida pela Lei N° 13.415/2017 (BRASIL 2017). A escola oferece duas etapas de ensino: o fundamental II e Ensino Médio, possui a modalidade EJA para os jovens e adultos e oferta, também, a educação profissionalizante com os cursos técnicos integrados.

Eu escolhi essa escola para desenvolver minha pesquisa uma vez que foi lá em que concluí uma etapa muito importante da minha vida, o ano final do Ensino Médio. Outro fator que contribuiu para a escolha foi o fato de a escola já começou a implementando das etapas da referida lei com os estudantes e professores, iniciada em 2022 com os estudantes do 1° ano do Ensino Médio que tiveram sua carga horária aumentada com o sexto horário e a integralização dos itinerários formativos e algumas eletivas e já se está matriculando os estudantes do 1° ano do Ensino Médio de 2023 no Ensino Médio de tempo integral com a carga horária de 1400 horas e um curso profissionalizante na carga horária obrigatória.

Minha pesquisa se limitou aos anos de 2017 a 2022, uma vez que 2017 foi o ano de homologação da Lei N°13.415/2017 (BRASIL 2017) e terá como tempo limite o ano de 2022 visto minha pesquisa se limita a fase inicial de implementação da lei, denominado Novo Ensino Médio. Tendo como ponto de partida o interesse de saber em que medida a lei do novo ensino médio faz referência e cita a necessidade dos estudantes do campo, esta pesquisa levanta a seguinte pergunta: como os sujeitos do campo são considerados nessa nova realidade da educação brasileira no Ensino Médio?

Essa pesquisa contribuirá para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, uma vez que é um tema atual que foi pouco relacionado aos sujeitos do campo e se trata de uma reforma educacional que afeta os estudantes do campo e a realidade da educação brasileira de maneira mais ampla. Assim, ela contribuirá para outros estudantes que procuraram pesquisar sobre o Novo Ensino Médio, em especial o Novo Ensino Médio voltado para os estudantes do campo, objeto de investigação pouco explorado entre os trabalhos acadêmicos que relacionam esses temas.

Perseguindo o objetivo de compreender em que medida as particularidades dos sujeitos do campo foram consideradas na reforma educacional do Novo Ensino Médio, essa pesquisa tem um caráter qualitativo, já que “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001). A principal metodologia

utilizada é a análise documental, sendo que os principais documentos a serem investigados são: a Lei Nº 13.415/2017 (BRASIL 2017) que institui a política de fomento a implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo Referência de Minas Gerais, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), o Projeto Política Pedagógico e as Grades Curriculares da Escola Professor Gastão Valle.

Para entender todo o processo de mudança na prática, realizei uma entrevista com uma supervisora da escola Escola Professor Gastão Valle, a fim de entender como aconteceu o processo de reforma do Novo Ensino Médio. De acordo com Minayo (2001) “torna-se possível trabalhar com entrevistas aberta ou não estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como as estruturas que pressupõe perguntas previamente formuladas”, com isso trabalhei com a entrevista semiestruturada, com a supervisora responsável pelo processo de implementação do Novo Ensino Médio junto à equipe pedagógica da escola Professor Gastão Valle. No momento da entrevista, a supervisora preferiu responder às perguntas abordadas de modo escrito, pois dessa forma se sentia mais à vontade, mas ao longo da sua escrita ela foi descrevendo suas respostas com mais detalhes de modo que seu relato também foi importante para o esclarecimento de diversas questões do presente trabalho.

Para análise das informações obtidas com a entrevista, desempenhei uma abordagem qualitativa dos dados. O primeiro passo foi a transcrição da entrevista e organização de todo o material coletado, o segundo passo foi uma análise sistêmica do que foi coletado separando o que a entrevistada falava em comum ou não acerca do tema e que contribuiu para a pesquisa. Por fim, fiz uma revisão dos dados obtidos e elaborei uma conclusão dando fundamentação prática à minha pesquisa.

CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRINCÍPIOS E VIVÊNCIAS

Este é um trabalho de monografia para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e Humanidades, mas não se trata de uma licenciatura comum e sim uma Licenciatura em Educação do Campo.

A educação do campo surgiu de lutas dos sujeitos do campo que visavam garantir escolas com ensino de qualidade nas suas comunidades para seus filhos, reafirmando as lutas e funções sociais dessas escolas no território camponês, segundo Caldart (2009, p.40) a educação do campo "já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativa, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformação", assim sendo ela não é somente uma proposta de ensino-aprendizagem para os sujeitos do campo.

Teve início com os movimentos sociais camponeses, sobretudo de luta pela reforma agrária, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cujo princípio é uma formação emancipatória dos sujeitos, de modo a instigá-los na busca pela transformação na sociedade e pela garantia de seus direitos. Dessa forma Caldart afirma que:

Para os movimentos sociais, lutar pela Educação do campo é passar a pensar na educação do conjunto da classe trabalhadora e é buscar pautar dessa forma, em uma perspectiva de classe, a questão da política educacional. E no específico de organizações como o MST, significa passar a compreender que a ocupação da escola pelo movimento precisa ser feita/pensada como apropriação da escola pelos trabalhadores, pelo seu projeto histórico e não apenas pelos interesses imediatos da organização, por mais justos, politizados e amplos que eles possam ser. (Caldart 2009, p.53)

Assim sendo, incluir e valorizar as pessoas que residem no meio rural é uma das buscas da educação do campo, tendo como objetivo tirar-se o estereótipo dessa população como atrasados e subordinados. Este modelo se realiza a partir de diferentes iniciativas, como a rede pública, a rede privada ou comunitária, por meio dos movimentos sociais, ONGs, pastorais, instituições de assistência técnica e de pesquisas.

É importante citar os princípios de Educação do Campo, que respalda todas as iniciativas das instituições que buscam efetivar-lá, que são:

I - O Princípio Pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana, que se refere a uma educação que deve contemplar os sujeitos que possuem peculiaridades, as quais devem ser preservadas, sendo incorporadas nos currículos escolares, com ênfase na emancipação dos sujeitos do campo, visando à valorização das experiências de vida e, ao mesmo tempo, ampliando os conhecimentos que se fazem necessários na formação do sujeito.

II – O Princípio Pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo nos diz que cabe à escola resgatar a diversidade cultural que cada educando traz consigo, valorizando esses saberes e transformando-os em instrumentos capazes de contribuir no processo educativo. A pesquisa surge como um importante aliado à educação do campo, pois valoriza os saberes locais, ampliando-os.

III – O Princípio Pedagógico dos espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem coloca que o conhecimento se dá nos diferentes espaços sociais, cabendo à escola sistematizar, analisar e sintetizar as diferentes formas de saberes que surgem, ampliando-os e relacionando-os com a sociedade em que os sujeitos estão inseridos.

IV – O Princípio Pedagógico do lugar da escola vinculada à realidade dos sujeitos mostra-nos que a escola deve ir ao encontro dos sujeitos, valorizando suas experiências de vida e, paralelamente, proporcionando-lhes momentos de reflexão e de análise, a fim de que sejam capazes de selecionar seu modo de vida.

V – O Princípio Pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável tem como base a participação coletiva da população do campo, nas gestões políticas e comunitárias, considerando sua diversidade e buscando um desenvolvimento humano amparado na construção de uma cidadania, que coloque o sujeito do campo como protagonista principal do processo produtivo socioeconômico, respeitando a sustentabilidade ambiental.

VI – O Princípio Pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino atribui às políticas públicas a missão de respeitar a heterogeneidade existente nos povos do campo, formulando parâmetros diferenciados e específicos para cada região, buscando atender suas necessidades particulares. (Rosa e cartano 2008, p-27 e 28, apud Ramos 2005)

A Educação do Campo tem como prioridade a formação dos estudantes através de suas realidades e experiências, de modo que eles são os formadores de conhecimento e um conhecimento emancipatório, capaz de torná-los críticos de sua realidade e construtores da sua própria história, não uma educação pautada no mercado de trabalho. Como defende Caldart (2002):

Basta também desta visão estreita de educação como preparação de mão de obra e a serviço do mercado. Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto ser humano, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso papel, enquanto cidadãos do mundo... (Caldart 2002, p.19-20)

Atualmente a escola pública em si tem traçado um caminho contrário ao da escola do campo. Devido seu foco ser o de preparação de mão-de-obra para o capital o que se distancia totalmente da essência que a escola do campo traz, cujo foco é o valor social da terra e dos seus sujeitos.

Nos dias atuais, principalmente nas escolas urbanas que recebem estudantes do campo, é necessário para se modificar esta realidade que tem uma educação não inclusiva sendo ofertada para os estudantes do campo e para os demais, é importante oferecer uma escola para esses sujeitos que valorize seu local de origem de modo que eles se vejam parte importante do processo de formação do conhecimento, lugar que os permita entender e valorizar suas origens. Assim sendo, tem se como resultado a permanência desses sujeitos em suas comunidades.

Completa (CALDART apud MOLINA 2002.p.27) sobre Educação do Campo que:

Cabe a nós: fortalecer a Educação do Campo como área própria de conhecimento, que tem o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade: sobre a visão do Jeca tatu, do campo como lugar de atraso. A Educação do Campo, que é indissociável da reflexão sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento, e de um novo papel para o campo neste modelo, deve trazer elementos que contribuam na construção desta nova visão. Elementos que fortaleçam a identidade e a autonomia das populações do campo, e que ajudem o conjunto do povo brasileiro a compreender que a relação não é de hierarquia, mas, de complementariedade: a cidade não vive sem o campo e vice versa. A Educação do Campo tem uma tarefa central na perspectiva de contribuir com o desafio de repensar e redesenhar o desenvolvimento territorial brasileiro: Educação do Campo com desenvolvimento social; Educação do Campo com cultura; Educação do Campo com saúde; Educação do Campo como infraestrutura e de transporte; de lazer; Educação do Campo como cuidado do meio ambiente.

Dessa forma, visando envolver o campo no âmbito educacional, que habitualmente não se unem na concepção de que a educação não se encaixa no campo, pela visão do “jeca tatu”, é preciso de uma escola que resgate e valorize a cultura local e tradicional que foi perdida em meio a tanta alienação. De modo, a recuperar os anos de desvalorização deste modelo de ensino, que causou nucleação das escolas do campo e um déficit de oferta de ensino eficaz e de qualidade para esses sujeitos. Havendo uma construção político-pedagógica, lado a lado com todos os pilares da escola, que são os educadores, os estudantes e a comunidade.

As Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC) dizem que uma educação que contempla os estudantes do campo é aquela que respeita as diferenças dos sujeitos do campo, com um ensino que deve contemplar as suas especificidades.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, 2002. p.1).

Essas diretrizes são o resultado de um processo de luta que buscou a efetivação e garantia de uma educação de qualidade para todos os sujeitos do campo, sejam eles estudantes de uma escola no campo ou não.

Assim sendo, é importante pensar o campo como um espaço de produção de vida, de relações, de organizações e de valorização da identidade dos sujeitos do campo em suas diversidades.

Entende-se que a escola do campo tem por meta preparar os sujeitos que vivem e almejam melhorar as suas condições de vida do meio rural, como diz Tessmann e Dal Molin

(2014). Nesse cenário surgem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica com o intuito de promover avanços no sentido de tornar o ensino voltado para a população camponesa adequada às suas especificidades, valorizando as vivências e experiências dos sujeitos do campo de modo que estabeleça uma ligação com o global.

CAPÍTULO II: O NOVO ENSINO MÉDIO: APARATO LEGAL E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

A reforma curricular do novo ensino médio surgiu como a Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida posteriormente na Lei Nº 13.415/2017 (BRASIL 2017). Uma das justificativas para a criação da lei era a grande quantidade de matérias do antigo modelo e o fato delas não estarem alinhadas ao mundo do trabalho. A lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, estabelece a alteração do modelo vigente de ensino médio para um modelo em tempo integral.

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL 2017)

A referida lei altera a carga horária de 800 horas, progressivamente, para 1400 horas anuais. Além disso, há uma alteração na estrutura das disciplinas, com a criação dos itinerários formativos que prevêem formação técnica e profissional para os jovens brasileiros.

A partir disso, esta pesquisa tem o intuito de entender como a Escola Estadual Professor Gastão Valle tem implementado a reforma curricular promovida pela referida lei e quais fatores interferem nos processos de aprendizagem dos estudantes do campo que lá estudam e como as especificidades desses sujeitos foram consideradas/desconsideradas nos processos educacionais modificados pela lei.

O Novo Ensino Médio traz como mudança os itinerários formativos a formação geral básica, eles possuem duas categorias. Os itinerários formativos integrados a formação geral básica do núcleo comum de ensino, são eles, segundo a BNCC (BRASIL, 2018), cinco: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e a Formação técnica e profissional (BRASIL, 2018. pág. 477-478), como mostra a figura 1. E há os itinerários de aprofundamento que a escola define a partir de uma análise do contexto local observando a capacidade das redes e da escola, são eles: Investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo (BRASIL 2018. pág. 478-479).

O estudante terá a autonomia de escolher qual itinerário seguir quando começar o

primeiro ano do Ensino Médio para aprofundarem seus estudos, a partir das propostas oferecidas pela escola e ela deverá ofertar pelo menos dois diferentes, segundo o currículo de referência de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018. pág. 270).

Figura 01: Competências gerais da Educação Básica



Fonte: BNCC, 2018, p. 469

Há uma grande disposição de conteúdos e trajetórias a serem escolhidos pelos estudantes logo em seu primeiro ano de Ensino Médio, essas possibilidades alcançaram verdadeiramente esses adolescentes ou as escolas os conduziram a uma escolha inconsciente, uma vez que em a grande maioria das escolas não possui estrutura para oferecer mais de um itinerário diferente. Em entrevista com a supervisora, ela informou que “Esses Itinerários Formativos, para as escolas que iniciaram em 2022 foram escolhidos pela SEE, são eles: projeto de vida, introdução ao mundo do trabalho, Humanidades e alguns outros”. Dessa forma, fica claro que os estudantes, professores, equipe pedagógica da escola não tiveram opção de escolha quanto ao que se é trabalhado, como previsto pela lei.

Para além dos itinerários formativos, o Novo Ensino Médio tem como complemento três unidades curriculares, sendo Aprofundamento da Área de Conhecimento e/ou Educação Profissional e Técnica, Projeto de Vida e Eletivas.

A educação profissionalizante se apresenta como o 5º itinerário formativo, nele o

aluno escolherá, a partir do seu interesse prévio, uma área complementar de ensino técnico voltado para o mercado de trabalho. Cada escola terá autonomia de escolha das áreas ofertadas, a partir da demanda dos setores produtivos regionais. Na escola Professor Gastão Valle, no ano de 2022, por estar iniciando o processo de implementação não foi ofertado esse itinerário com o curso técnico aos estudantes.

O projeto de vida tem como intuito proporcionar ao estudante um alto conhecimento, reconhecendo suas principais necessidades e potencialidades. O ideal é que seja trabalhado desde os anos finais do ensino fundamental. Serão consideradas três dimensões como fundamentos para nortear os conteúdos a serem explorados no componente curricular Projeto de Vida, a dimensão pessoal tem como intuito aprender a se conhecer, o social visa aprender a conviver e profissional que estimulará o aprender a fazer (MINAS GERAIS, 2018. pág. 316).

As matérias eletivas têm como objetivo possibilitar que o estudante tenha outros conhecimentos no seu percurso formativo, a partir de uma abordagem mais lúdica e prática, podendo ser temas diversos como música, dança, cinema, meio ambiente, entre outros (MINAS GERAIS, 2018. pág. 279), a escola ofertará a quantidade de acordo com o número de alunos na escola e a realidade local, quanto maior o número de estudantes maior a quantidade de variedades de eletivas. Os estudantes terão autonomia para escolher aquelas que melhor atendam seus interesses, de modo que faça quatro ao longo dos três anos do ensino médio.

A quantidade de disciplinas eletivas ofertadas deve variar entre cinco, uma para cada área do conhecimento e uma de formação profissional e técnica, cada área do conhecimento possui certa quantidade de matérias eletivas que se enquadram em seus eixos temáticos, a área de linguagem e suas tecnologias (LGG) possui 13, a área da matemática e suas tecnologias (MAT) possui 6, a área das ciências da natureza e suas tecnologias (CNT) possui 5, a área das ciências humanas e sociais aplicadas (CHS) possui 5, a área interáreas do conhecimento (IAC) possui 5 e a interáreas do conhecimento indígena (ICI) possui 9 matérias disponíveis, cada uma descrita no quadro abaixo.

QUADROS DE ELETIVAS

COMPONENTE CURRICULAR - LGG
Cinema

Cinema e meio ambiente
Dança
Leitura instrumental em Língua Espanhola
Espanhol para o ENEM
Esporte e inclusão
Introdução a Libras
Leitura e compartilhamento no mundo virtual
Literatura e criação literária
Música
Preparação para o ENEM – Linguagens
Redação para o ENEM
Teatro
COMPONENTE CURRICULAR - MAT
Desenho geométrico
Educação financeira
Educação fiscal
Matemática e artes visuais
Preparação para o ENEM – Matemática
Raciocínio lógico
COMPONENTE CURRICULAR - CNT
Astronomia
Educação, saúde e bem-estar
Pegada hídrica e seu impacto no ambiente
Preparação para o ENEM – Ciências da Natureza
Tecnologia dos resíduos sólidos
COMPONENTE CURRICULAR - CHS
Cultura de paz e convivência democrática

Estudo do meio e intervenção local
Identidades culturais brasileiras
Mitologia: as lendas e as associações de ideias
COMPONENTE CURRICULAR - IAC
Agricultura com bases ecológicas
Cidadania e cultura digital
Culinária quilombola
Ética em jogos digitais
Saberes que entrelaçam: do plantio ao consumo
COMPONENTE CURRICULAR - ICI
Prática artesanal Xucuru Kariri de Caldas
Direito e organização do território do povo Kiriri do Acre
Multiculturalidade do povo Kiriri do Acre
Saúde integral/Contexto ambiental
Cultura digital, mídias e suas tecnologias
Literatura e arte indígena: conta sua história, jovem Pataxó!
Vivência dos saberes e desafios matemáticos
Sustentabilidade/Políticas ambientais
Direito e cidadania: o espaço do jovem indígena e a comunicação com o outro espaço

FONTE: Catálogo de eletivas - 2022

A escola inicialmente executou o sexto horário com os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio de 2022, uma vez que a implementação da reforma tem sido gradativa. Assim, somente algumas dessas eletivas foram ofertadas. De acordo com a supervisora entrevistada, somente duas eletivas foram integradas a carga horária dos estudantes, sendo elas Redação para o ENEM e Matemática financeira, que foram sugeridas pela Secretaria estadual de educação (SEE).

A partir disso, podemos pensar como os diferentes estudantes da nossa sociedade estarão inclusos e contemplados nesse novo modelo, principalmente os sujeitos do campo. As DOEBECs resguardam o direito ao acesso a um ensino de qualidade, que contemple as especificidades desses estudantes que estão no campo.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, 2002. pág. 2).

A educação do campo tem como objetivo formar sujeitos críticos, sendo capazes de reconhecer sua realidade e transforma-la. É um modelo que preza pela autonomia dos estudantes em todo o seu processo de formação, sendo ele o protagonista da sua aprendizagem (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002). Desse modo, pode-se notar um impasse para esses estudantes, uma vez que em todas essas novas praticas nao se é mencionado as particularidades dos sujeitos do campo.

Percebe-se, também, que há uma grande quantidade de aulas e disciplinas a serem cursadas pelos estudantes, sendo este um dos fatores iniciais problematizadores utilizados para a criação e implementação do novo modelo curricular, o que torna esse argumento inicial contraditório.

A lei de reforma do Novo Ensino Médio mostra respeito às especificidades dos estudantes, de modo geral, somente quanto as escolha dos itinerários e cursos profissionalizantes, que ficam a escolha das instituições de ensino conforme a relevância para o contexto local, que de modo inicial não aconteceu, e não somente na escola objeto desta pesquisa, mas em diversas escolas no Brasil, como mostra a notícia abaixo.

Figura 02 – Notícia sobre Itinerários



ENEM

Itinerários do novo ensino médio são impostos e até sorteados aos alunos

Com falta de professores e algumas turmas lotadas, escolas do país não conseguem atender a escolha dos estudantes

Fonte: Folha de São Paulo (acesso em: 12/04/2023)

Outro fator importante é que não há menção específica aos sujeitos do campo em nenhum momento na lei, há apenas a menção mais geral a todos os estudantes, desconsiderando assim todas as especificidades e particularidades desses sujeitos.

Dessa forma, ela já se mostra excludente, a exemplo, para que os sujeitos do campo da escola Professor Gastão Valle tivesse acesso ao sexto horário foi necessário que a escola junto com os professores, de acordo com a supervisora, "elaborar atividades alusivas as disciplinas do 6º horário para os alunos da Zona Rural, para recuperar a aprendizagem e carga horária", uma vez que o horário dos ônibus escolares não se modificou para atender os estudantes do primeiro ano que passou a ter uma carga horária maior, diferente dos outros estudantes atendidos também pelo transporte escolar, assim não pôde ter acesso ao sexto horário na própria escola.

A substituição da organização curricular disciplinar para a implementação dos cinco itinerários formativos, sendo um deles uma formação técnica, mostra que o foco principal desse modelo de educação é o mercado de trabalho tirando da formação escolar o caráter de formação para a cidadania, visto que não haverá uma ênfase na área de ciências sociais e sim ocorrerá uma diminuição de carga horária dessa área. De modo a intensificar a formação apenas de mão de obra e não sujeitos críticos, intensificando cada vez mais o que Paulo Freire (1983) chama de educação bancária, de modo que o excesso de disciplinas vazias de conteúdos críticos.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única

margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (Pag. 66)

Para Paulo Freire (1999) “a alfabetização e a conscientização jamais se separam”, a alfabetização sendo o campo inicial do seu trabalho, pois o educando precisa tomar consciência de sua realidade. O que significa nesse processo de educação é que o homem reconheça de onde é e que são criadores da cultura onde está inserido e do conhecimento do qual usufruirá.

O que esse novo modelo instiga é a separação dos sujeitos de sua realidade de modo que tenham que se adequarem a um processo de ensino já instituído que é pautado em todo um ensino urbanístico, assim como defende Frigotto (2016) é “Uma reforma que legaliza a *apartheid* social na educação no Brasil.”.

O que evidencia o processo neoliberal que vem dominando a educação, visto que a lei possibilita de acordo com o parágrafo 6º da Lei N° 13.415/2017 (BRASIL 2017):

“A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;” (BRASIL, 2017).

Com a terceirização do ensino profissionalizante, não sendo mais de total responsabilidade do estado. Esse fator influencia todo o processo educacional dos jovens nos anos finais do ensino médio. Assim sendo;

O reformismo neoliberal é, portanto, entendido como a diminuição e a restrição das áreas de atuação do Estado, com vistas à alocação das riquezas produzidas por determinado país prioritariamente ao agrado e serviço do rentismo do capital financeiro internacional[...]

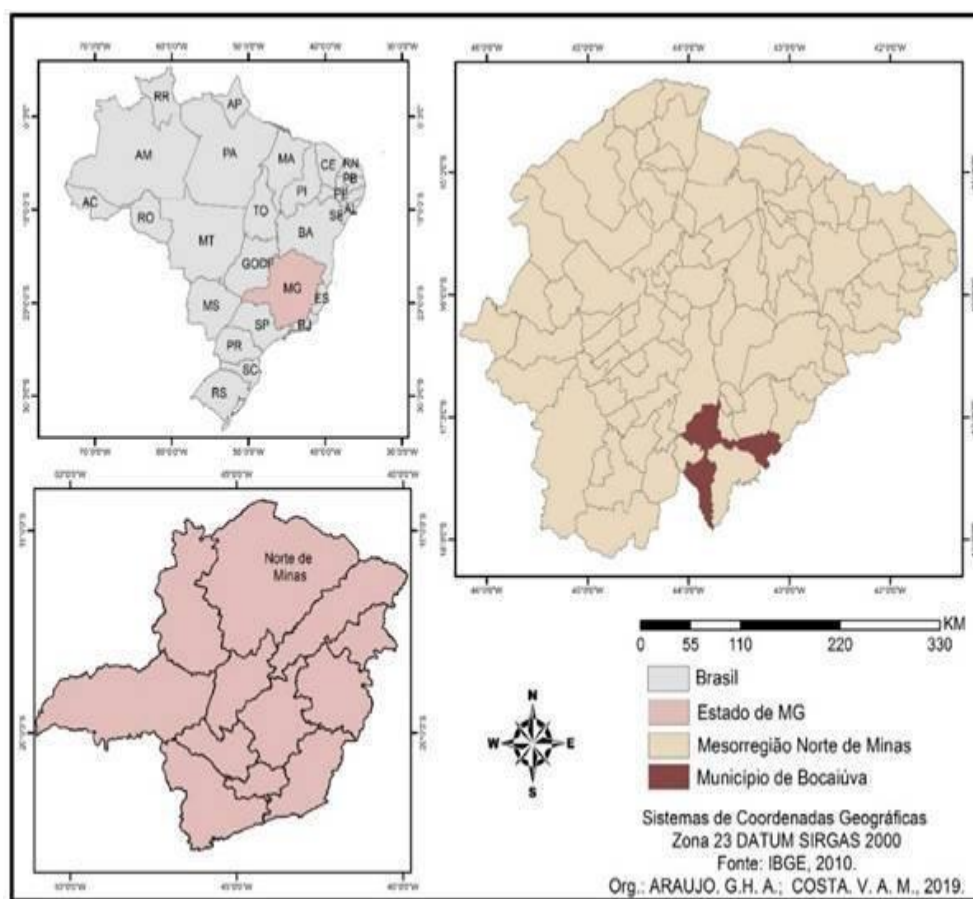
A democracia neoliberal é, assim, a redução do status do político a um ativo econômico. Ou seja, o mercado político de convicções e ideias, que na democracia liberal não tinha preço, passa a tê-lo nesse modelo. Isso faz com que a democracia como gramática social ceda lugar à democracia instrumental[...].” (Costa, Marilda de Oliveira e Silva, Leonardo Almeida da Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. Revista Brasileira de Educação. p.5 e 6).

Dessa forma, antes de tudo, é necessário olharmos para o déficit educacional existente no país, para isso não tentar implementar novos processos de ensino, mas acima de tudo esquecer os processos antigos propondo outro que seja um direito e ligado à democratização da cultura, trazendo ao educando sempre uma conscientização crítica e dialógica.

CAPÍTULO III: O NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA PROFESSOR GASTÃO VALLE E OS SUJEITOS DO CAMPO

Esta pesquisa se desenvolve em uma Escola Estadual do município de Bocaiúva- MG. Esse município tem uma população de 46.654 pessoas, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de modo que 78% destes estão no perímetro urbano e 21% na área rural do município (IBGE, 2010). O município possui um território com uma extensão de 3.206,757 km², e não possui uma forma linear de divisão, como mostra a figura 1 abaixo.

Figura 03: Mapa de localização do município de Bocaiúva

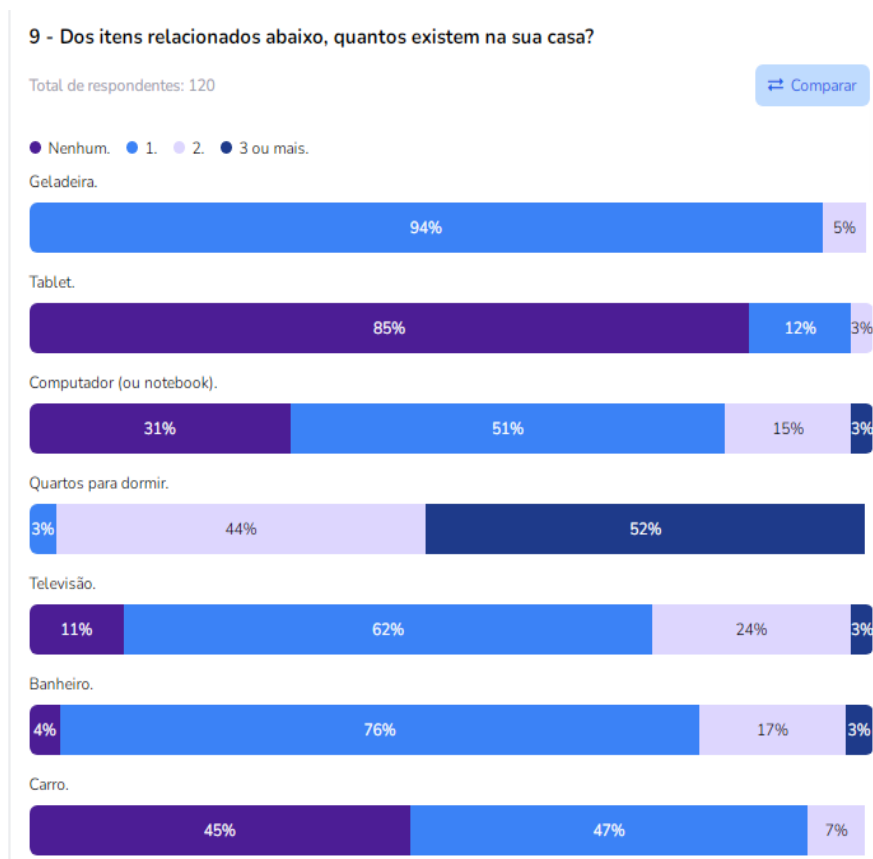


Fonte: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/37208/html>, acesso em: 21/10/2022

Minha pesquisa se desenvolve na Escola Estadual Professor Gastão Valle. A escola recebeu esse nome em homenagem a um normalista, Gastão Diamantino Rodrigues Valle, formado em Diamantina, casado com a primeira normalista bocaiuvense, Dona Virginia Honorina Versiani Valle. Ela se localiza no centro da cidade, Rua Professora Maria Odília

Matos nº 161, a escola se encontra em um bairro central e conta uma boa infraestrutura da cidade, a escola tem um público de alunos de nível socioeconômico baixo a médio que são oriundos da área central, periférica e também da zona rural da cidade.

Figura 04 – Estudo socioeconômico



Fonte: site Qedu (acesso em: 12/05/2023)

A partir do gráfico socioeconômico de 2019, disponível no site Qedu, acima se pode ter noção de alguns itens básicos que as famílias dos estudantes possuem ou não, em que 11% dos alunos não possuem televisão em casa e 4% deles tem banheiro importante para o uso diário e o bem estar dessas famílias, afirmando que a escola recebe jovens e adultos de classe baixa a média.

É uma escola urbana que recebe um total de 1263 alunos, segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do ano de 2022, possui três turnos de funcionamento: matutino, vespertino e noturno. A escola oferece dois níveis de ensino, começando com os adolescentes que estão iniciando o fundamental II, continua com os jovens do ensino médio, possui a modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA) e oferta, também, para os jovens e adultos a educação profissionalizante com os Cursos Técnicos Escola em Rede.

Figura 05: Portaria da escola



Fonte: Arquivo pessoal

A escola possui uma estrutura, com 21 salas organizadas, subdivididas em alguns corredores, cantina, pátios, a escola é toda cercada por uma área verde, que podemos classificar como jardim, que possui bancos disponíveis para os alunos sentarem, não há horta na escola. A escola tem para uso dos alunos um banheiro feminino e um banheiro masculino, estes com divisórias para 6 vasos sanitários e uma parte com ducha e há dois banheiros menores para uso dos professores, um masculino e um feminino.

Figura 06: Entrada da Escola



Fonte: Acervo pessoal

Figura 07: Parte frontal da Escola, com salas de aula, diretoria, sala dos professores e secretaria (lado direito).



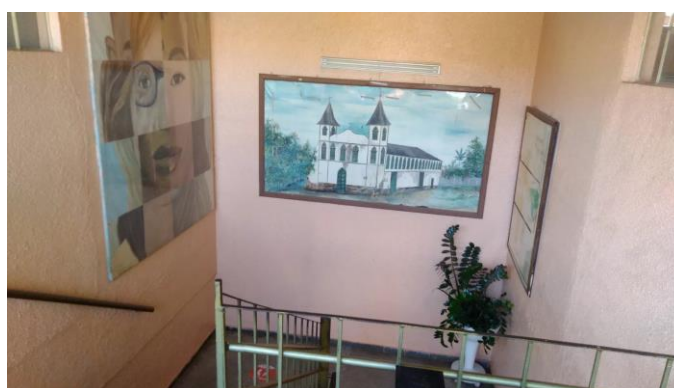
Fonte: Acervo pessoal

Figura 08: Parte frontal da Escola com salas de aula, biblioteca e sala de vídeo (lado esquerdo).



Fonte: Acervo pessoal

Figura 09: Escadaria



Fonte: Acervo pessoal

Figura 10: Corredor das salas de aula do primeiro andar, lado direito



Fonte: Acervo pessoal

Figura 11: Corredor das salas de aula do primeiro andar, lado esquerdo



Fonte: Acervo pessoal

Há uma quadra de esporte coberta e com arquibancada e dois banheiros, ao lado tem uma quadra sem cobertura de concreto. A escola dispõe de uma cantina com um pátio de refeitório, dividida por duas fileiras de mesas e bancos, alguns pátios, um galpão e alguns depósitos. Há uma biblioteca com considerável acervo bibliográfico, cujo patrono é Monteiro Lobato. Dispõem ainda de um laboratório de ciências físicas e biológicas, em reforma, um laboratório de informática e uma sala de vídeo. A escola conta com uma sala para diretoria, uma sala de professores, uma antessala que liga a sala onde funciona a secretaria, sala de serviço pedagógico, uma sala para recursos humanos, uma sala para o financeiro.

Figura 12: Quadra externa, a esquerda coberta e a direita sem cobertura



Fonte: Acervo pessoal

Figura 13: Cantina, com salas de aula ao fundo (lado direito)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 14: Pátio com banheiro masculino e feminino para dos estudantes



Fonte: Acervo pessoal

Figura 15: Salas de aula



Fonte: Acervo pessoal

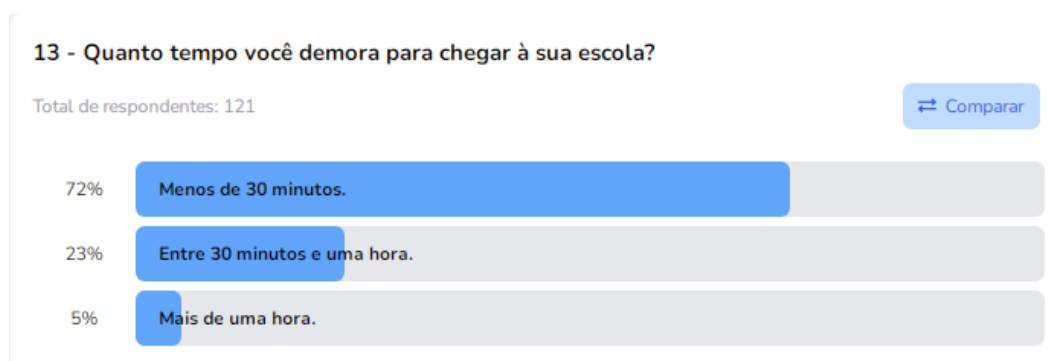
A partir de toda essa descrição estrutural do campo de pesquisa analisarei os aspectos de implementação da reforma curricular do novo ensino médio com foco nos estudantes do campo, de modo a ser observado que a estrutura física, neste caso, nada tem haver com as dificuldades de acesso a esse modelo por parte desses sujeitos, uma vez que para os parâmetros regionais essa escola possui uma ótima infraestrutura.

A escolha dessa escola para desenvolvimento desta pesquisa se deu, uma vez que foi lá em que concluí uma etapa muito importante da minha vida, o 3º ano do ensino médio, e pelo fato de que a escola já implementou a fase inicial da Lei Nº 13.415/2017 (BRASIL 2017), o Novo Ensino Médio com o primeiro ano do Ensino Médio em 2022 e já está com o Ensino Médio em tempo integral com os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio de 2023.

A escola implementou o projeto do Novo Ensino Médio no ano de 2022, seguindo o cronograma das outras escolas regido pela Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros, a mudança começou com o primeiro ano da etapa do Ensino Médio e tem como prazo atingir todos os anos do Ensino Médio até 2024. Neste ano a escola ofertou cinco turmas do primeiro ano com as especificidades do Novo Ensino Médio, dispostas nos turnos matutino e vespertino.

Do total de alunos da escola, 4% são da Zona Rural e os outros 96% dos estudantes são da Zona urbana e periférica da cidade. Os sujeitos do campo têm acesso à escola através do transporte escolar que é oferecido a todos os alunos, como podemos ver no gráfico abaixo, disponível no site Qedu, em que 5% dos estudantes que responderam afirmam demorar mais de uma hora para chegar à escola, mostrando que a escola atende a esses sujeitos, mesmo que de forma minoritária.

Figura 16: Tempo de deslocamento dos estudantes



Fonte: site Qedu

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola afirma que o Ensino Médio deve integrar os diferentes conhecimentos de modo a “contemplar as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas” (PPP-2022, pág. 48), mas garantindo também de modo que garanta a “formação que considere a diversidade, as características locais e as especificidades regionais” (PPP-2022, pág. 49) dos estudantes.

Com a mudança do Novo Ensino Médio a grade curricular sofreu algumas alterações, de modo que o 1º ano do Ensino Médio tem 6 módulos aula diários de 50 minutos cada, totalizando 30 módulos semanais, como mostra a tabela abaixo:

ENSINO MÉDIO RESOLUÇÃO SEE Nº 4.234 DE 22/11/2019 (vigente para o 2º e 3º ano de 2022 e 3º ano de 2023)	NOVO ENSINO MÉDIO RESOLUÇÃO SEE Nº 4.657 DE 12/11/2021 (vigente a contar de 2022)
I - Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua Inglesa; c) Arte; d) Educação Física.	I - Linguagens e suas Tecnologias: a) Língua Portuguesa; b) Língua Inglesa; c) Arte; d) Educação Física.
II- Matemática: a) Matemática.	II - Matemática e suas Tecnologias: a) Matemática
III - Ciências da Natureza: a) Biologia; b) Física; c) Química.	III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias: a) Biologia; b) Física; c) Química.

IV - Ciências Humanas: a) Geografia; b) História; c) Filosofia; d) Sociologia.	IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: a) Geografia; b) História; c) Filosofia; d) Sociologia
	V - Itinerários Formativos.

Regimento escolar, E. E. Professor Gastao Valle - 2022

Dessa forma, os estudantes do primeiro ano passaram a ter uma carga horária de 1000 horas anuais, o aumento dessa carga horária não significou uma maior oferta das disciplinas regulares, de modo a permitirem os professores terem mais tempo para o ensino de suas respectivas matérias principalmente as da área de ciências humanas, uma vez que houve a integralização do itinerário formativo e algumas disciplinas eletivas. Que de acordo com a legislação a escola escolheria conforme a realidade dos seus estudantes e localidade, mas nesse início aconteceu de forma diferente na escola Professor Gastão Valle segundo a supervisora “Esses Itinerários Formativos, para as escolas que iniciaram em 2022 foram escolhidos pela SEE, são eles: projeto de vida, introdução ao mundo do trabalho, Humanidades, TEL, PCC, NIM, CDN”, juntamente com as eletivas integradas que foram Redação para o ENEM e educação financeira. É importante citar que essas disciplinas em siglas não foram esclarecidas quanto a seus significados, uma vez que a supervisora não os sabia, reafirmando a imposição dessas disciplinas, de modo que, como a escola não teve participação na escolha e desenvolvimentos dessas disciplinas a equipe pedagógica desconhece seus significados.

O ensino das ciências sociais é o mais afetado na reforma, pois tira a obrigatoriedade de oferta das disciplinas dessa área. Isso mostra uma subalternização, como afirma Simões (2017), desta área de conhecimento, sendo submetidas aos interesses do capital que tem como base o caráter empresarial-neoliberal. Essa mudança tira o poder da educação de formar estudantes críticos e participantes, capazes de entender e analisar suas realidades, de modo a concretizar mais que o intuito dessas novas reformas é formar pessoas para o mercado de trabalho. Ainda de acordo com o autor, refletir sobre o lugar das Ciências Humanas na educação é considerar que este lugar é o resultado de uma construção social, é um lugar ocupado no processo de escolarização, mas que está para além dele, pois implica pensar na sua formação enquanto sujeitos de uma sociedade.

Assim sendo, a ocupação e a produção do lugar das ciências humanas resultam de

disputas de ordem política, sendo um lugar de resistência, que exige mobilização e luta coletiva em defesa do seu lugar de direito/poder. Dessa forma ao longo desse período houve manifestações por parte dos estudantes e professores contra as mudanças que as escolas sofreram pautando as desigualdades e déficits que esse novo modelo tem gerado na educação brasileira, como mostra a reportagem abaixo, da agência Brasil:

Figura 17: Movimento contra a reforma



Educadores dizem que novo ensino médio amplia desigualdades

Fonte: Por Elaine Patrícia Cruz - Agência Brasil - São Paulo, Publicado em 19/04/2023 (acesso em: 25/05/2023)

Especialistas e professores afirmam que esse modelo não atende a todos, principalmente os da escola pública, além de todas as dificuldades de implementação principalmente por parte dos sujeitos que formam esse processo. Na entrevista a supervisora me relatou que ‘Secretaria’, professores e alunos tiveram dificuldades de aceitação ao novo modelo que se iniciaria, que segundo ela foram: Secretária: adaptar ao novo SIMADE relativo ao Novo ensino médio, 1º ano 2022; professores: muitas discussões em torno da aceitação de mudança e dos desafios que pra se apresenta; de um planejamento com novas metodologias; recurso material para implementação; adaptação com o 6º horário e distribuição de aulas (Entrevista com a supervisora, 2023).

Foi necessário um esforço para adaptação de todos, para que os estudantes não evadissem a escola no sexto horário fosse necessário, segundo a supervisora, ‘Distribuir lanche no final do 5º horário para sanar argumentos dos alunos em ir embora: fome.’ e para os estudantes do campo foi necessário a elaboração de atividades a serem desenvolvidas por eles em casa para suprir o não acesso ao sexto horário.

Um fator importante a se considerar é que quando perguntei a supervisora se a escola

estava se adequando e estruturando para o recebimento dos estudantes do campo na próxima etapa da lei, que é o ensino médio em tempo integral já iniciado no ano de 2023, ela me respondeu que “Não pensamos nisso por antecipação, procuramos administrar as dificuldades do momento.”. Com isso, concluímos que os estudantes do campo realmente não foram ponderados no processo de implementação das fases da Lei N° 13.415/2017 (BRASIL 2017), apenas adequados de modo a serem contemplados como os demais estudantes na escola Professor Gastão Valle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma curricular do ensino médio veio de forma rápida e abrupta, que se mostrou inicialmente como uma Medida Provisória (MP) e posteriormente foi promulgada como Lei, modificando todo um processo educacional já existente, trazendo consigo mudanças que não se mostraram efetivas para os estudantes brasileiros, para os professores e demais agentes educacionais. Foram necessárias muitas mudanças nas escolas para se implementar o novo modelo gerando, assim, um maior déficit e agravando desigualdades antes já existentes no país, uma vez que reforça uma formação de viés tecnicista que pouco dialogam com a realidade e necessidades dos estudantes.

O novo ensino médio é um modelo que agradou e foi efetivo para pouco estudantes, professores e equipe pedagógica, visto que mesmo ainda não implementado em todo o Brasil, há um movimento de revogação da lei com o Projeto de Lei (PL) 2601/2023 que prevê alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) Nº 9394/1996 e uma substituição do atual modelo por um novo modelo de ensino que privilegie a formação geral básica, que inclui as disciplinas tradicionais, que perdeu espaço no modelo do novo ensino médio. Esse movimento de não aceitação do modelo vem desde a criação da MP, que não teve apoio da população, visto que nesse período houve diversas ocupações de escolas, protestos e greves por parte de estudantes e agentes educacionais que discordavam do novo modelo que estava sendo criado.

Um grupo afetado de modo direto foi os dos estudantes do campo, como exemplificado nesta pesquisa, uma vez que esse modelo não se preocupou em integrar esses sujeitos e suas especificidades com mudanças necessárias de forma que, também, os atendessem em nenhum momento e, também, nas escolas como disse a supervisora da escola pesquisada.

Para se pensar em educação que contemple os estudantes do campo é necessário um modelo que atenda a três princípios básicos na perspectiva da educação do campo, como diz Antunes-Rocha (2022), garantir o protagonismo do sujeito camponês, uma ação pedagógica articulada com um projeto de escola/campo/sociedade na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, a construção de relações sociais ancoradas na justiça social e a construção da oferta escolar como um direito. Dessa forma é importante, também, que os sujeitos do campo estejam presentes em todas as etapas de construção do ensino e que a escola disponha de profissionais capacitados e que tenham conhecimento e leve em consideração todos os sujeitos da escola e seus diferentes contextos.

Outro fator indispensável é a participação e o engajamento dos movimentos sociais pela

Educação do Campo em relação ao Novo Ensino Médio, visto que historicamente, os ganhos dos sujeitos do campo são decorrentes das lutas dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

Araújo, G. H. A., & Pereira, A. M. (2020). Memória e espaço público: reflexões sobre a Praça Wandyck Dumont em Bocaiuva - MG e as suas reformas ao longo do tempo. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 24, e9. <https://doi.org/10.5902/2236499437208>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/37208/html>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: SECAD, 2002

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017 a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 set. 2022

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº N°2601 de 2023, de 16 de maio de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [S. l.], 16 maio 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273386&filenome=PL%202601/2023. Acesso em: 31 maio 2023

CALDART, Roseli Salette. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

Cerioli, P. R.; Caldart, R. S. (org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

COSTA, Marilda de Oliveira e Silva, Leonardo Almeida da Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2019, v. 24 [Acessado 16 Outubro 2022], e240047. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>>. Epub

14 Out 2019. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>.
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWMP3zGw4ygSGNvbmN4p/?lang=pt#>

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petropolis, RJ: vozes, 1994.

Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerio- li, osfs e Roseli Salette Caldart (organizadores) Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4

FRIGOTTO, G. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. 23 set. 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/23/frigotto-segregacao-aprofundada/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social/ Antonio Carlos Gil – 6. Ed.- São Paulo: atlas, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, JUSTINO E MARTINS (ORG), Eliano de Souza m., Érica Fernanda, Maria de Fatima Almeida. **Escola da terra: IV formação cintinuada de educadores do campo em Minas Gerais**. Marilia/SP: Lutas Anticapital, 2022. 228 p. v. 1. ISBN 978-65-86620-73-3.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Panorama da cidade de Bocaiuva. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bocaiuva/panorama>. Acesso em: 21/10/2022

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>

Acesso em: 20\01\23.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QEDU. *In: EE PROFESSOR GASTAO VALLE*. [S. l.], 18 jan. 2023. Disponível em:
<http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/31079448-ee-professor-gastao-valle>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ROSA, CAETANO, Daniela Souza da, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas. **COLÓQUIO – Revista Científica da Faccat**, [S. l.], vol. 6, No (1-2) p. 21-33, (jan/dez 2008).

SIMÕES, W. O lugar das ciências humanas na reforma do Ensino Médio. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59, 2017.

TESSMANN, Jéssica Moara da Cunha; DAL MOLIN, Adriana. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO. Anais do VII CBG. Disponível em:
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405389791_ARQUIVO_OENSINODEGEOGRAFIANAEDUCACAODOCAMPO-APERSPECTIVADOTERRITORIO.pdf, Acesso em: 21 dez. 2022

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Entrevista para o supervisor

- 1- Qual seu nome?
- 2- Qual sua formação? Você possui alguma especialização, mestrado ou doutorado?
- 3- Qual sua função na escola Professor Gastão Valle? Como é ser supervisora desta escola, quais são os desafios e possibilidades?
- 4- Quais foram os primeiros passos que a escola tomou para pensar a implementação da lei 13.415/17, que institui o ensino integral no ensino médio?
- 5- Quais foram as discussões e planejamentos que foram levantadas para a implementação do novo ensino médio na escola?
- 6- Houve alguma discussão com relação às necessidades dos estudantes e a consideração de suas realidades para implementação do ensino médio em tempo integral para as turmas do primeiro ano na escola?
- 7- Quais as principais mudanças que a escola precisou realizar para receber os estudantes na reforma?
- 8- Em qual etapa está a implementação do novo ensino médio na escola?
- 9- Explica-me um pouco quais são as diferenças do novo ensino médio para o ensino médio em tempo integral?
- 10- Como se deu o processo de escolha do itinerário formativo de aprofundamento da escola? E os estudantes tiveram a autonomia de escolher quais desejam seguir?
- 11- Quais são os cursos disponíveis para o itinerário de formação técnica e profissional da escola, como se deu a escolha deles?
- 12- Minha pesquisa se limita ao ano de 2022, com isso vou analisar o processo de construção do novo ensino médio, que começou com a turma do primeiro ano. Nessa etapa houve aumento da carga horária, como aconteceu?

- 13- Nessa etapa já houve integração de qual matéria eletiva na carga horária dos estudantes?
- 14- A escola Professor Gastão Valle recebe quantos alunos da zona rural?
- 15- Quais dificuldades os estudantes da zona rural enfrentam para terem acesso às mudanças decorrentes do novo ensino médio? A escola possui alguma política de integração voltada para esses estudantes terem acesso a essas mudanças?
- 16- Como a escola prevê que os estudantes que moram nas zonas rurais tenham acesso ao ensino integral?
- 17- Percebemos mudanças constantes na educação do nosso país, você considera a educação como um movimento de política de governos?